



REFLEXÕES SOBRE OS CONCEITOS DE AUTONOMIA E EDUCAÇÃO A PARTIR DE IMMANUEL KANT E PAULO FREIRE

Antonio Ismael da Silva Lima¹

 <https://orcid.org/0009-0005-9438-933X>

 <https://doi.org/10.33871/27639657.2024.4.1.8744>

RESUMO: O presente trabalho tem como proposta estabelecer um breve diálogo entre o pensamento de Paulo Freire, patrono da educação brasileira, e do filósofo alemão Immanuel Kant sobre Autonomia e Educação, demonstrando que uma é fruto da outra ou que uma necessita da outra para existir, pois sem a educação é quase impossível que o indivíduo se torne autônomo em suas relações sociais. A partir desse trabalho, vislumbramos refletir sobre a relação que a Educação exerce sobre a Autonomia em sua práxis cotidiana. Para tanto, pautamos nossa tarefa a partir de uma pesquisa bibliográfica, possuindo centralidade em algumas das principais obras dos autores em estudo. O que aprendemos com essas leituras e buscamos refletir na escrita deste trabalho é a importância que a educação tem para a promoção da autonomia do indivíduo em todos os sentidos e âmbitos de sua vida e o reflexo de sua prática na sociedade.

Palavras-chave: Educação. Autonomia. Liberdade. Paulo Freire. Kant.

REFLECTIONS ON THE CONCEPTS OF AUTONOMY AND EDUCATION FROM IMMANUEL KANT AND PAULO FREIRE

ABSTRACT: The present work aims to establish a brief dialogue between the thoughts of Paulo Freire, the patron of Brazilian education, and the German philosopher Immanuel Kant on Autonomy and Education. It demonstrates that one is the result of the other or that one needs the other to exist, as it is almost impossible for an individual to become autonomous in their social relations without education. Through this work, we aim to reflect on the relationship that Education exerts on Autonomy in its daily praxis. To this end, we base our task on bibliographic research, focusing on some of the main works of the authors under study. What we have learned from these readings and seek to reflect in the writing of this work is the importance that education has for the promotion of the individual's autonomy in all aspects and areas of their life and the impact of its practice on society.

Palavras-chave: Education. Autonomy. Freedom. Paulo Freire. Kant.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), com graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA) e em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Graduando em Teologia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Professor de Filosofia e Sociologia na EEEP Otilia Correia Saraiva (SEDUC/CE). Presidente do Instituto Trilhas.



Artigo publicado em acesso aberto sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International Licence.



INTRODUÇÃO

Nesse movimento em busca da autonomia do pensamento, a Filosofia costuma ser sempre evocada como a disciplina que atua diretamente para o despertar da criticidade dos estudantes. Com isso, busco aqui referencial teórico na Filosofia para refletir sobre temática tão relevante ainda e principalmente nos nossos tempos, marcados pela alienação em partes produzida pela disseminação de *fake news* na sociedade da pós-verdade, onde é preciso dizer o óbvio e ainda assim com a possibilidade de não sermos compreendidos, como temos visto em relação aos discursos negacionistas acerca da eficácia das vacinas contra a Covid-19.

Minha prática filosófica é sempre pautada pelo interesse de pensar a partir dos nossos próprios referenciais e categorias, não querendo abolir, negar ou rejeitar os referenciais da tradição herdada dos europeus e/ou outros povos. Acredito, porém, que é possível estabelecer diálogos entre a tradição e o que é propriamente nosso, daí nasce a proposta deste trabalho: promover aproximações entre o pensamento do filósofo alemão Immanuel Kant e a obra do também filósofo e educador brasileiro Paulo Freire.

Tal movimento é feito a partir de conceitos-chaves presentes nas principais obras dos dois autores, com maior ênfase nos conceitos de autonomia e educação, profundamente interligados entre si nas reflexões de ambos os pensadores e diretamente conectados com a ideia de liberdade dos indivíduos, conforme veremos no decorrer desse estudo.

Para tal, pautamos nossos estudos a partir de uma pesquisa bibliográfica constituída, sobretudo, das principais obras de cada filósofo. Em Kant, navegamos pela *Crítica da razão prática*, *Fundamentação da metafísica dos costumes*, *Sobre a pedagogia* e *Resposta à pergunta: O que é Esclarecimento?*. Já em Paulo Freire, as ideias apresentadas neste trabalho tomaram como fontes principais a *Pedagogia da autonomia*, *Educação como prática da liberdade* e *Extensão ou comunicação?*.

O itinerário desta pesquisa inicia com esta introdução de contextualização para a compreensão acerca do surgimento desta pesquisa. Além da introdução, o trabalho está dividido em quatro tópicos, a saber:

O tópico I busca apresentar uma exposição mais geral dos conceitos de autonomia e



educação, já partindo daquilo que nos é apresentado pelos autores estudados em suas obras, abordando também o conceito de autonomia pedagógica presente na Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

No tópico II, buscamos aprofundar a compreensão kantiana sobre o conceito de autonomia, apresentando aquilo que o filósofo chama de *Princípio da autonomia*. Aqui, entenderemos porquê a autonomia é tão importante para a educação e da mesma forma a educação é tão necessária para o exercício da autonomia. Ainda nesse segundo tópico, traremos reflexões sobre o processo educativo e a Pedagogia em Kant e suas contribuições para a educação.

No tópico III, mergulharemos naquilo que Paulo Freire chama de *pedagogia da autonomia* e entenderemos o que o brasileiro entende por autonomia e de que modo se torna questão central na proposta de construção de uma educação como prática da liberdade. Veremos que, embora Freire não cite Kant em nenhuma de suas obras, há inúmeras aproximações entre as discussões suscitadas por ambos em suas reflexões.

Buscaremos apresentar algumas dessas aproximações existentes no pensamento kantiano e freireano num quarto e último tópico antes das considerações finais do nosso trabalho, onde realizamos uma síntese daquilo que compreendemos no decorrer dessa pesquisa, que pode e será continuada e aprofundada em momento oportuno mais adiante.

1 METODOLOGIA

Este trabalho, como já apontado anteriormente, assume por metodologia a pesquisa bibliográfica e conceitual, buscando navegar pela bibliografia já publicada acerca do assunto que aqui discorreremos com o objetivo de contribuir para a nossa produção acadêmica. Aqui, após esse levantamento bibliográfico, optamos por realizar um corte e delimitar nosso campo de pesquisa, focando a construção deste trabalho a partir das reflexões suscitadas por dois filósofos, Immanuel Kant e Paulo Freire, em obras pontuais, como *Resposta à pergunta: O que é esclarecimento?* (1783), *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785), *Crítica da razão prática* (1788) e *Sobre a pedagogia* (1803), todas do filósofo alemão; e também



os textos do educador brasileiro: *Educação como prática da liberdade* (1967), *Extensão ou comunicação?* (1969) e *Pedagogia da autonomia* (1996).

Deste modo, nosso trabalho é fruto de uma pesquisa conceitual a partir de obras já consagradas e que apresentam estudos e debates realizados por dois grandes pensadores que refletem, certamente, a partir das questões de suas épocas, mas que seguem atuais. Com isso, o movimento que realizamos se caracteriza como pesquisa bibliográfica, uma vez que navegamos pelo

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007, p.122).

Com outras palavras, partindo da análise dos textos já mencionados, realizamos uma revisão de literatura acerca do nosso tema em discussão (Appolinário, 2011); é nisso que se constitui a pesquisa bibliográfica.

Assim como Gil, partimos da compreensão de que

[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não tem maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos. (2002, p. 3).

Ora, após décadas da morte de Paulo Freire e séculos da morte de Immanuel Kant, não haveria, pois, outro modo mais adequado de investigar as suas reflexões sobre os conceitos aqui trabalhados se não pela pesquisa direta em suas obras e escritos sobre os contextos históricos no qual elas aparecerem e que podem nos ajudar a compreender ainda mais as razões das reflexões suscitadas por cada autor. Assim, “os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência” (Gil, 2022, p. 44).



2 EDUCAÇÃO E AUTONOMIA

Para dar início à narrativa deste trabalho, comecemos por entender os conceitos básicos de autonomia e de educação que foram trabalhados pelos autores em estudo, Paulo Freire e Immanuel Kant, para que a partir daí consigamos estabelecer um diálogo viável e coerente entre ambos, indivíduos distintos entre si, mas que muito comungam da relação entre os temas aqui trabalhados.

Comecemos por abordar o conceito de autonomia, que segundo Kant (2011), trata-se do único caminho possível para sair da menoridade e agir com liberdade moral e intelectual. E aqui não falamos da autonomia no sentido de termos capacidade para conseguirmos executar nossas tarefas e habilidades do dia a dia, mas de sermos capazes de decidir livremente enquanto sujeitos plenos e conscientes de como podemos e devemos agir em sociedade, dos nossos direitos, mas também dos nossos deveres, sempre na perspectiva de agir para a promoção do bem da coletividade, do bem comum.

Isto é, o indivíduo autônomo consegue realizar suas atividades de maneira plena, conseguindo pensar não apenas em si, mas levando também em consideração toda a coletividade na qual está inserido, buscando compreender e exercer direitos e deveres de modo que sua prática cotidiana o leve ao exercício pleno de sua liberdade moral e intelectual.

Sendo assim, precisa-se perceber que a autonomia deve ser exercida de forma que não seja confundida com independência, pois são conceitos distintos entre si, mas que assim como ética e moral são vistos como um preceito só. Aqui, porém, consideramos importante apontar as distinções existentes entre ambos para melhor entendimento.

Independente é todo o indivíduo que consegue realizar as suas tarefas sem necessitar da ajuda de outrem, ou seja, consegue por si só e com as habilidades e ferramentas que possui fazer as atividades do dia a dia sem depender de outra pessoa para chegar aos resultados desejados de sua ação. Já a autonomia pode ser compreendida como a capacidade do indivíduo de decidir e agir, moralmente e intelectualmente, por si próprio, livre, isto é, de governar a si próprio a partir dos meios que possui.

Portanto, ao se tornar independente o indivíduo não depende de outro para realizar



suas atividades, pelo contrário, o faz sem interferências de nada ou ninguém, em contrapartida, aquele que é autônomo necessita refletir a respeito de suas ações, levando em consideração que necessita da intercessão de outros para que as ações que julga importante executar não afete negativamente aqueles ao seu redor e a si mesmo, por conseguinte.

Com isso, concluímos que as obrigações que giram em torno da autonomia são bem mais amplas se as compararmos com as que perfazem os independentes.

A partir daí, no tocante à autonomia na educação, temos um conceito importante sobre a autonomia pedagógica, onde lemos no Dicionário Interativo da Educação Brasileira (2001):

Ideia relacionada à liberdade das unidades escolares em elaborar seu próprio projeto pedagógico. Trata-se de um direito estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que orienta para que esse projeto pedagógico articule os contextos nos quais o estabelecimento se situa com as diretrizes curriculares nacionais.

Segundo a LDB: “Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.”

A autonomia pedagógica situa-se num dos dois grandes eixos da LDB, relacionado à flexibilidade da educação escolar. Com isso, a proposta da LDB é a de que muitos aspectos cartoriais e burocráticos, engessadores da educação brasileira, deixassem de existir e os estabelecimentos escolares passassem a gozar de autonomia pedagógica e progressivos graus de autonomia financeira.

Isto é, para que possamos desenvolver o sujeito em sua totalidade se faz necessário que o docente desenvolva sua autonomia no âmbito escolar criando mecanismos que potencializem sua evolução no conjunto ensino-aprendizagem (no viés conteudista, cognitivo e psicomotor), e com isso tornando este sujeito capaz de refletir criticamente sobre a realidade apresentada e sobre os conteúdos aprendidos, adquirindo a capacidade de possuir uma liberdade intelectual e criar conexões que perpassam suas relações dentro e fora da escola.

Sabendo disso, o presente trabalho foi organizado em seções que apresentam ao leitor a ideia de autonomia presente em Paulo Freire de que nos tornamos autônomos mediante nossas relações sociais e que tal processo é conseguido diariamente na vida do indivíduo enquanto discente de uma instituição escolar:

A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem que estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade. (Freire, 1996, p. 121).



Levando em consideração o que foi até então exposto e por meio de uma pesquisa bibliográfica com os autores em estudo, começamos aqui a promover nossa conversação entre Paulo Freire e sua pedagogia da autonomia e o pensamento do filósofo alemão. Para tanto, seguiremos o seguinte itinerário: primeiro, abordaremos o conceito de autonomia em Kant e suas contribuições para a educação; segundo, pautaremos a perspectiva freireana sobre tal conceito; e, por fim, buscaremos realizar o diálogo entre os dois autores, sendo esta o cerne do trabalho, uma vez que busca promover aproximações entre os dois pensamentos, demonstrando a sua importância para o ato de educar.

3 PRINCÍPIO DA AUTONOMIA EM IMMANUEL KANT

Ao falarmos sobre autonomia em Immanuel Kant, podemos dizer que esta é o fundamento da moralidade das ações humanas, no qual consiste demonstrar que a razão para si mesma se mostra válida no quesito vontade para os seres humanos, ou seja, a autonomia consiste então na liberdade de tornar possível a sociedade, em sua autodeterminação, obter a realização da ação moral.

Mas o que significa de fato isso? E por que a autonomia é tão importante para a educação? Começemos por entender que para Immanuel Kant, na obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, a base que serve para a construção da moralidade humanidade é unicamente a autonomia, como se pode ler, a seguir:

Autonomia da vontade é aquela sua propriedade graças à qual ela é para si mesma a sua lei (independente dos objetos do querer). O princípio da autonomia é, portanto: não escolher senão de modo a que as máximas de escolha estejam incluídas simultaneamente no querer mesmo, como lei universal (FMC, BA 87).

Sendo assim, é por meio do uso da razão que todas as ações morais e éticas ocorrem dentro da sociedade e que as relações se dão, de maneira que os deveres e direitos são respeitados e a harmonia se mantém, aonde a autonomia se apresenta como algo que vem anterior a tudo o que acontece, como se lê na *Crítica da Razão Pura*:

A autonomia da vontade é o único princípio de todas as leis morais e dos deveres conformes a elas: contrariamente, toda a heteronomia do arbítrio não só não funda obrigação alguma, mas, antes, contraria o princípio da mesma e da moralidade da vontade (CrRP, 2002, p. 58).

Ou seja, sem a autonomia nada ocorre de maneira que a moralidade seja o resultado final, portanto, não só estamos sujeitos à moralidade enquanto lei, mas também é devido a ela que somos considerados agentes reais da nossa história.

Nesse sentido e em comunhão com Kant, podemos ainda citar Paton (1989), ao definir a autonomia como detentora de uma fórmula que

apresenta um argumento obscuramente declarado — é derivada da combinação da fórmula da lei universal com a fórmula do fim em si mesmo. Nós não temos visto somente que estamos obrigados a obedecer à lei em virtude de sua universalidade (sua validade objetiva para todos os agentes racionais); também vimos que os agentes racionais como sujeitos são o fundamento desse imperativo categórico. Se assim é, então, a lei a que estamos obrigados a obedecer deve ser o produto de nossa própria vontade (dado que somos seres racionais), quer dizer, descansa na ideia da vontade de todo ser racional enquanto uma vontade que faz uma lei universal (Cf. Paton, 1989, p. 33).

Em outras palavras, ao obedecer aos preceitos estabelecidos como lei, o homem adquire sua autonomia completa, o que Kant intitula de *princípio de autonomia*, que se destina a objetivar suas ações reais e práticas e que culmina no fim único que é a liberdade.

Mas, o que isso tem haver com a educação dos indivíduos na sociedade em que vivemos?

3.1 Pedagogia em Immanuel Kant

Ao nos referirmos ao processo educativo, é de saber comum que este tem seu início na tenra infância, onde os primeiros educadores são os pais, apresentando ao mundo os princípios norteadores que introduzirão a criança ao convívio em sociedade, dentre eles o ato da fala, o andar e as normas sociais, nas quais envolvem o ato de se portar nos locais em que convive.

Para Kant (2004), em sua obra *Sobre a Pedagogia*, “o homem é a única criatura que precisa ser educada”, e com isso ele considera que a educação é um processo que deve ser introduzido na infância e perpetuado ao longo da vida. Portanto, ela é separada em duas partes, a primeira que diz respeito à parte física do homem e que envolve seu desenvolvimento corporal, disciplina e dependência com outrem (heteronomia) e a parte física que condiz na educação moral e, por conseguinte, na autonomia, que é o que se prima ao educar um indivíduo.



A partir disso, Kant descreve que para a educação ser plena deve-se levar em consideração não o momento vigente, mas sua melhoria como um todo, pois a sociedade formula suas normas e direitos mediante as transformações históricas no decorrer do tempo, e com isso o indivíduo não é visto como um ser só, mas como parte de um todo e sua educação visa a sua felicidade que é conquistada com sua autonomia e pelas suas ações éticas.

Kant, então, em linhas gerais, assim como no senso comum, define a educação como um processo que deve ter início já na primeira infância, cabendo aos pais e/ou responsáveis o zelo pelo cuidado físico para assim “impedir que as crianças façam uso nocivo de suas forças” (Kant, 2004, p. 11).

Isso significa que somente através da educação o indivíduo consegue conter o que ele possui de nocivo e que permeia o seu interior, mas que para sua efetivação ele necessita da disciplina. A disciplina então poderia ser compreendida na perspectiva kantiana como algo puramente negativo, “porque é o tratamento através do qual se tira do homem a sua selvageria, a instrução, pelo contrário, é a parte positiva da educação” (KANT, 2004, p. 13).

Deste modo, a disciplina, atua na educação como parte do processo educativo no sentido de que através dela, o indivíduo pode domar a selvageria que lhe é de origem, como em qualquer animal, instruindo-o e contribuindo para a construção de uma sociedade civilizada.

Logo, a disciplina possibilita que obedeçamos às regras sociais e com isso consigamos a moralidade desejada. E essa moralidade é o que daria ao ser humano a capacidade de desenvolver sua plenitude enquanto sujeito pertencente a uma sociedade.

Visando essa linha de raciocínio, Kant critica o fato de que o indivíduo não é visto apenas como um ser único, mas como parte de um todo, pois com o passar dos anos o homem tornou-se uma máquina de trabalho e a educação se voltou para a criação de mão de obra trabalhadora, primando por enfatizar as qualidades que lhe são características.

Com a educação presente, o homem não atinge plenamente a finalidade da sua existência. Na verdade, quanta diversidade no modo de viver ocorre entre os homens! Entre eles, não podem acontecer uma uniformidade de vida, a não ser na medida em que ajam segundo os mesmos princípios, e seria necessário que esses princípios se tornassem como que outra natureza para eles. Podemos trabalhar num esboço de uma educação mais conveniente e deixar indicações aos pósteros, os quais poderão pô-las em prática pouco a pouco. (Kant, 2004 p. 18).



Com isso, Kant deseja que as potencialidades de cada indivíduo sejam desenvolvidas mediante seus dons, pois o mesmo ainda enfatiza que nem todos temos dons para sermos o que queremos ser, esse que vos escreve, por exemplo, se não soubesse cantar, nunca poderia tornar-se músico, assim como não poderia tornar-se um geógrafo dada a sua completa inabilidade com mapas, ou ainda um chefe de cozinha, restringindo-se, quase que por inteiro, a saber fazer macarrão instantâneo (miojo).

Nessa direção, Kant contribui e muito para que a educação foque no indivíduo como um ser único e vislumbre suas singularidades e não sua função dentro de uma sociedade que prima pela obtenção de capital.

3.2 Contribuições de Kant para a educação

A educação é considerada um dos pilares da nossa sociedade e que sempre atravessou a existência dos homens enquanto seres sociais estando completamente direcionada à espécie humana. Mesmo quando ensinamos truques a nossos animais de estimação, como gatos, cachorros, papagaios etc., isso não passa de adestramento. Como veremos depois em Paulo Freire, “formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas”. Educação, no seu significado pleno tal qual nós conhecemos, é estritamente algo nosso, de homens e mulheres.

Os animais cumprem o seu destino espontaneamente e sem o saber. O homem, pelo contrário, é obrigado a tentar conseguir o seu fim; o que ele não pode fazer sem antes ter dele um conceito. O indivíduo humano não pode cumprir por si só essa destinação. Se admitirmos um primeiro casal, realmente educado. Do gênero humano, é preciso saber também de que modo ele educou os seus filhos. Os primeiros genitores dão a seus filhos um primeiro exemplo; estes o imitam e assim se desenvolvem algumas disposições naturais. Mas não podem todos ser educado desse modo, uma vez que as crianças veem os exemplos ocasionalmente. Normalmente os homens não tinham ideia alguma da perfeição de que a natureza humana é capaz. Nós mesmos ainda não a temos em toda a sua natureza. É certo igualmente que os indivíduos, os educarem os seus filhos, não poderão jamais fazer que estes cheguem a atingir a sua distinção. Essa finalidade, pois, não pode ser atingida pelo homem singular, mas unicamente pela espécie humana (Kant, 2004 p. 19).

Quer dizer que a educação é algo hereditário, ela passa de geração em geração desde a primeira família de que se tem história e a partir dela foi-se desenvolvendo as noções gerais com regras e comportamentos que criaram e dão base para as nossas sociedades até hoje,



bem como os preceitos éticos e morais que culminaram no processo ensino-aprendizagem e que se dá para além do âmbito familiar, chegando às salas de aula de nossas escolas.

A partir disso, introduzimos a Pedagogia como doutrina da educação, assim definida por Kant:

Pedagogia é a doutrina da educação. A educação é um processo filosófico, no sentido de buscar os fundamentos da determinação daquilo que seja o homem e de sua tarefa no mundo. Cabe à pedagogia, como ciência da educação, possibilitar efetivação do cumprimento da destinação do homem. (Pinheiro, 2007, p. 75).

Portanto, para Kant, a educação pode ser pensada como as regras que tornam o ser humano apto a conviver em sociedade, com princípios básicos de gentileza e respeito mútuo. Já a pedagogia é a disciplina que rege o educar no dia a dia escolar, ensinando tudo aquilo que o educando precisa aprender, ainda que minimamente, para ser um indivíduo que saiba conviver bem consigo e com os outros.

Assim sendo, Kant indica que os pais e os professores eduquem as crianças para fazerem de toda a sociedade um lugar melhor para se viver com a coletividade, não ficando os resultados dessa educação restritos apenas aos espaços privados e de caráter mais familiar, particularizados. Desta forma, Kant divide, como já foi citada anteriormente, a educação em duas vertentes:

A pedagogia, ou doutrina da educação se divide em física e prática. A educação física é aquilo que o homem tem em comum com os animais, ou seja, os cuidados com a vida corporal. A educação prática ou moral é aquela que diz respeito à construção (cultura) do homem, para que possa viver como um ser livre. Esta última é a educação que tem em vista a personalidade, educação de um ser livre, o qual pode bastar-se a si mesmo, constitui-se membro da sociedade e ter por si mesmo um valor intrínseco (Kant, 2004, p. 33).

Sendo assim, para o homem ser considerado um indivíduo pleno, ele precisa desenvolver seu potencial de maneira ampla, o físico numa perspectiva que englobe todo o seu corpo, sua motricidade tanto fina quanto grossa, seja por meio de movimentos como pinça ou o uso de tesouras ou mesmo seu desenvolvimento anatômico, o que acaba direcionando o indivíduo a uma disciplina como a Educação Física. Depois deste, temos a segunda divisão, a prática, onde as crianças aprendem a discernir entre o bem e o mal e os indícios morais que norteiam e regem a sociedade, como diz Kant:

Pertencem à educação prática: 1. a habilidade; 2. a prudência; 3. a moralidade. No



que toca à habilidade, requer-se que seja sólida e não passageira. Não se deve mostrar ares de quem conhece algo que não se possa depois traduzir em ações. A habilidade deve, antes de mais nada, ser bem fundada e tornar-se pouco um hábito de pensar (...). A prudência consiste na arte de aplicar aos homens nossa habilidade, ou seja, de nos servir dos demais para os nossos objetivos. Para isso são necessárias muitas condições. A habilidade vem propriamente em último lugar no homem, mas pelo seu valor fica em segundo. (Kant, 2008, p. 85).

Através disso, podemos então diferenciar as duas áreas da pedagogia, tornando o sujeito uma pessoa realizada e educada, diferenças estas que se complementam e que tornam de fato o homem em sua individualidade parte de um todo e uma sociedade melhor. “Entre a educação física e a educação moral, existe uma diferença: a primeira é passiva em relação ao aluno, enquanto a segunda, ativa. É necessária que ele veja sempre o fundamento e a consequência da ação a partir do conceito do dever” (Kant, 2004, p. 68).

Por conseguinte, a concepção de moral seria obtida, assim como a educação que se almeja, ao efetivar a pedagogia apresentada e que comunga com os conceitos também expostos por Paulo Freire, como veremos a seguir.

4 PEDAGOGIA DA AUTONOMIA EM PAULO FREIRE

Em *Pedagogia da autonomia* (1996), última obra de Paulo Freire publicada em vida, o filósofo brasileiro apresenta diversos conceitos sobre tornar-se autônomo dentro do processo ensino-aprendizagem, delineando os aspectos que os discentes e docentes têm na estrutura em questão, e indicando possibilidades pedagógicas para uma educação como instrumento para a construção da autonomia dos indivíduos, reconhecendo e respeitando a cultura que os envolve e aquilo que já trazem de conhecimentos da materialidade da vida em suas experiências particulares e coletivas.

Para Freire (2007), o homem não nasce homem, ele se forma homem pela educação, sendo esta fundamental nas suas relações com o outro, com o mundo e, sobretudo, consigo, ou seja, para que o homem seja de fato parte de algo maior, ele necessita antes de qualquer coisa ser educado e essa educação advém, em um primeiro momento, de seu familiar e posteriormente de seus docentes.

Freire aponta, por exemplo, para esse papel da família na constituição da autonomia



das crianças, que também serve para a relação entre docente e discente:

Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas. Por que, por exemplo, não desafiar o filho, ainda criança, no sentido de participar da escolha da melhor hora para fazer seus deveres escolares? Por que o melhor tempo para esta tarefa é sempre o dos pais? Por que perder a oportunidade de ir sublinhando aos filhos o dever e o direito que eles têm, como gente, de ir forjando sua própria autonomia? Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. (Freire, 1996, p. 120-121).

Para Freire, o fim da educação está envolto ao papel do indivíduo enquanto ser político, social e pedagógico, que por intermédio de suas vivências e tomadas de decisões (sejam elas positivas ou negativas) adquire autonomia e, por conseguinte, a liberdade.

É através desse processo que o homem adquire consciência crítica e esta tem o poder de transformar um sujeito vítima da heteronomia em alguém ativo e autônomo, que consegue, através de sua razão, se libertar dos paradigmas sociais que lhe aprisionam por meio de teias invisíveis em um sistema cujo capitalismo impera como norteador de ações.

Para Freire, a autonomia pode ser vista como

uma posição de luta no qual o sujeito ao assumir a sua presença no mundo, assume também a sua responsabilidade ética, histórica, política e social, distanciando de um mero objeto condicionado, para ser protagonista e sujeito da História e da sua presença nela, “presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História” (Freire, 2007, p. 54).

A autonomia seria então uma forma de luta que torna o homem um sujeito que atua em sua própria história e não somente como um telespectador, mas também como protagonista da mesma.

Como ocorre essa transformação de um ser passivo em um ser ativo? Por meio da relação entre docente e discente, aonde o educador conduz a prática pela Pedagogia, criando oportunidades e mecanismos didáticos que tornem possível o aprendizado, primando pelo diálogo e problematização de temas diversos e que culminem no pleno exercício da cidadania e na reflexão e criação de novos conceitos.

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento ‘experimental’), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la (Freire, 1983b, p. 52).



Assim sendo, ao problematizar e refletir, o indivíduo não apenas compreende aquilo que lhe é exposto, mas também consegue explicar e transformar seu conhecimento a ponto de passá-lo adiante. Com isso,

A responsabilidade do professor, de que às vezes não nos damos conta, é sempre grande. A natureza mesma de sua prática eminentemente formadora, sublinha a maneira como a realiza. Sua presença na sala é de tal maneira exemplar que nenhum professor ou professora escapa ao juízo que dele ou dela fazem os alunos. (Freire, 1996, p. 65).

Portanto, sem a contribuição do professor seria impossível o aluno apreender e aprender o que lhe é exposto cotidianamente, favorecendo a autonomia de seu educando, de modo que “o educando se torna realmente educando quando e na medida em que conhece, ou vai conhecendo os conteúdos, os objetos cognoscíveis, e não na medida em que o educador vai depositando nele a descrição dos objetos ou dos conteúdos” (Freire, 1996, p. 47).

Nessa perspectiva, ele cria suas novas percepções e a hierarquia tradicional se dissipa, tornando possível a premissa freireana de que “o ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 22).

Com as informações trazidas até aqui, cabe-nos, então, aprofundar ainda mais as aproximações entre o pensamento do alemão Immanuel Kant e do brasileiro Paulo Freire, cientes de que a autonomia é para ambos base para o exercício da liberdade e plenificação do indivíduo enquanto sujeito protagonista de sua própria história.

5 AUTONOMIA E EDUCAÇÃO PARA KANT E FREIRE

Mesmo Immanuel Kant e Paulo Freire não tendo vivido na mesma época, como se pode ver até agora, ambos os autores acreditavam que o homem precisava tornar-se autônomo para que fosse possível a realização das transformações sociais necessárias para o pleno desenvolvimento da sociedade.

Nessa linha, Kant acreditava que o homem necessitava da educação para ser um ser atuante dentro da sociedade e para tanto a educação era a única via capaz de controlar a selvageria latente no interior de cada indivíduo, auxiliando-o a trabalhar sua razão e com isso



obter sua autonomia, por meio de seu próprio entendimento.

Desse modo, a educação seria capaz de formar indivíduos aptos para pensar por si mesmos, sem heteronomia e que transformasse tudo a sua volta, e é nesse viés que ele assemelha-se a Freire, pois o mesmo vê o homem como agente transformador de si e do mundo “o homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação faz dele. (...) Se um ser de natureza superior tomasse cuidado de nossa educação, ver-se-ia, então, o que poderíamos nos tornar” (Kant, 2011, p. 15).

Partindo do que vimos até aqui, é facilmente perceptível a linha direta de comunicação entre os pensamentos dos filósofos em estudos, pois os mesmos vislumbram em seus textos a capacidade do homem, através da educação, de deixar de ser heterônomo e criar conceitos que o faça autônomo, levando em consideração a reflexão a respeito do que lhe é ensinado e que não deve mais ser visto como doutrinador, mas como libertador das amarras sociais que estão presentes e refletem, de algum modo, as imposições, ainda que sutis, do sistema capitalista, seja mediante a educação tecnicista ou no mercado de trabalho que coisifica o trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autonomia e a educação são temas latentes nas obras e no pensamento do filósofo alemão Immanuel Kant e do brasileiro Paulo Freire. Este último, patrono da educação brasileira tão perseguido pela extrema-direita deste país, que dedicou a maior parte de sua vida aos estudos, mas, sobretudo, às práticas cotidianas de promoção de uma educação para a liberdade. A escolha por trabalhar seu pensamento neste trabalho não se dá à toa: celebramos a partir desse texto o seu centenário.

A partir da tentativa de aproximação entre os pensamentos freireano e kantiano, esperamos ter conseguido demonstrar que, ao ser educado, o homem deixa seu estado de selvageria que traz consigo desde o momento de nascimento e passa a ser detentor do conhecimento que o liberta a partir do momento que reflete sobre o que lhe é ensinado desde o seio familiar até as salas de aula, e que é exatamente nesse momento que ele se liberta do



sistema que é exposto e se torna um ser livre.

Deixando a sua *menoridade*, isto é, a sua “incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo” (Kant, 1985, p. 100), o indivíduo abraça a sua condição de ser livre e ousa viver de forma autônoma e corajosa, caminhando com suas próprias pernas, isto é, servindo-se da sua própria razão sem necessitar da tutela de outrem.

Para o alemão, seguimos acorrentados à menoridade toda vez que deixamos que o nosso entendimento seja definido por um livro quase sempre tido como sagrado, ou quando um mentor espiritual atua por nós no que tange à consciência moral que deveríamos ter. Quanto mais dependentes somos de outros para guiarmos as nossas vidas e tomarmos decisões, mais distantes estamos de alcançar a almejada *maioridade* que o alemão tanto deseja. A busca pelo esclarecimento deve ser o caminho a ser trilhado por todos para que possam sair de sua menoridade e adquirir as condições favoráveis para viver autonomamente e livre.

É a educação que possibilita ao homem esse esclarecimento e o torna gente. Essa tomada de consciência que o conduz à luz do conhecimento, isto é, ao entendimento necessário para o exercício de sua criticidade e de sua autonomia, e assim para o exercício pleno de sua liberdade enquanto indivíduo dono e senhor de si próprio. E é nesse exercício de liberdade que a educação ganha sentido, uma vez que

é próprio da consciência crítica a sua integração com a realidade (...) toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação. Captado um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de resposta, o homem age. A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será (Freire, 2021, p. 139).

Daí, reconhecemos o significado das palavras do nosso educador brasileiro quando diz que a educação transforma pessoas e pessoas transformam o mundo. É nessa organização reflexiva do pensamento, em liberdade, que se pode conquistar, construir e consolidar a autonomia de cada indivíduo, partindo das experiências cotidianas, de suas escolhas e da própria liberdade.

Não há nada mais libertador e corajoso que pensar por si próprio. É essa a conclusão que podemos tirar de todo esse itinerário que fizemos até aqui, perpassando os conceitos expostos pelo filósofo alemão e o educador brasileiro sobre autonomia, educação e liberdade,



os quais estão intrinsecamente conectados e atravessam e refletem, direta e indiretamente, a constituição dos indivíduos e, conseqüentemente, das sociedades.



REFERÊNCIAS

- APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 295p.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**, 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra. 25ª edição. 1996.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 49ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Tradução com introdução e notas de Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1986.
- KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: O que é esclarecimento?** Rio de Janeiro: Via Verita, 2011.
- KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Tradução Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Unicamp, 2004.
- KANT, Immanuel. **Textos Seletos**. Tradução Raimundo Vier e Floriano de Sousa Fernandes. Petrópoles: Vozes, 1985.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbetes autonomia pedagógica. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/autonomia-pedagogica>. Acesso em 09 de outubro de 2021.
- PATON, H. J. **The moral law: Kant's groundwork of the metaphysic of morals**. London: Unwin Hyman, 1989.
- PINHEIRO, Celso de Moraes. **Kant e a Educação: reflexões filosóficas**. Caxias do Sul: Educus, 2007.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

Recebido: 14/02/2024

Aprovado: 26/06/2024